

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MPC 00106/2019-2**

O **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue:

<b>Processo n.</b>	TC-16678/2019-1	<b>Prazo:</b> 1 (um) ano
Atribuição	Procuradoria-Geral de Contas (art. 2º, “d”, da Resolução n. 001/2017, do Colégio de Procuradores de Contas)	
Responsável	Claydson Pimentel Rodrigues - multa pecuniária: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)	
<b>Objeto</b>	Acompanhamento e monitoramento da cobrança administrativa e judicial dos débitos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme arts. 305, parágrafo único, e 463 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	
<b>Acórdão/Decisão</b>	Acórdão TC- 1862/2015 – Primeira Câmara; Acórdão TC- 819/2019 – Plenário; Acórdão TC- 820/2019 – Plenário; Acórdão TC- 821/2019 – Plenário; Acórdão TC- 822/2019 – Plenário; Acórdão TC- 823/2019 – Plenário;	
<b>Observação</b>	Trânsito em julgado/preclusão recursal: 24/09/2019	

Para tanto, determina-se:

- Expeça-se ofício à **Secretaria Estadual da Fazenda** para que, no prazo de **90 (noventa) dias**, adote as providências pertinentes à inscrição do débito em dívida ativa. Publique-se.

**Vitória, 12 de novembro de 2019.**

**LUCIANO VIEIRA**  
Procurador-Geral  
Ministério Público de Contas

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MPC 00107/2019-7**

O **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue:

<b>Processo n.</b>	TC-16679/2019-1	<b>Prazo:</b> 1 (um) ano
Atribuição	Procuradoria-Geral de Contas (art. 2º, “d”, da Resolução n. 001/2017, do Colégio de Procuradores de Contas)	
Responsável	Honorildo Braga Filho - multa pecuniária: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)	
<b>Objeto</b>	Acompanhamento e monitoramento da cobrança administrativa e judicial dos débitos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme arts. 305, parágrafo único, e 463 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	
<b>Acórdão / Decisão</b>	Acórdão TC- 1862/2015 – Primeira Câmara; Acórdão TC- 819/2019 – Plenário; Acórdão TC- 820/2019 – Plenário; Acórdão TC- 821/2019 – Plenário; Acórdão TC- 822/2019 – Plenário; Acórdão TC- 823/2019 – Plenário;	
<b>Observação</b>	Trânsito em julgado/preclusão recursal: 24/09/2019	

Para tanto, determina-se:

- Expeça-se ofício à **Secretaria Estadual da Fazenda** para que, no prazo de **90 (noventa) dias**, adote as providências

pertinentes à inscrição do débito em dívida ativa. Publique-se.

**Vitória, 12 de novembro de 2019.**

**LUCIANO VIEIRA**  
Procurador-Geral  
Ministério Público de Contas

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MPC 00109/2019-6**

O **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue:

<b>Processo n.</b>	TC-16680/2019-1	<b>Prazo:</b> 1 (um) ano
Atribuição	Procuradoria-Geral de Contas (art. 2º, “d”, da Resolução n. 001/2017, do Colégio de Procuradores de Contas)	
Responsável	Mirian Leal Lima - multa pecuniária: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)	
<b>Objeto</b>	Acompanhamento e monitoramento da cobrança administrativa e judicial dos débitos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme arts. 305, parágrafo único, e 463 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	
<b>Acórdão / Decisão</b>	Acórdão TC- 1862/2015 – Primeira Câmara; Acórdão TC- 819/2019 – Plenário; Acórdão TC- 820/2019 – Plenário; Acórdão TC- 821/2019 – Plenário; Acórdão TC- 822/2019 – Plenário; Acórdão TC- 823/2019 – Plenário;	